

ÁREAS TEMÁTICAS
MESTRADO PROFISSIONAL DO UNIFACS – CEAF/MPBA

- **Adequação temática das linhas de pesquisa do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direito da UNIFACS à linha de pesquisa institucional do MPBA**

ÁREAS TEMÁTICAS

1. Saúde

Este eixo buscará desenvolver e difundir estudos e pesquisas de natureza interdisciplinar sobre aspectos que envolvem as Políticas Públicas de Saúde, aprofundando reflexões sobre: atuação coletiva; vacinação; judicialização; saúde mental; autonomia da vontade e tratamentos médicos compulsórios; acesso a medicamentos excepcionais; ações e políticas para fortalecimento do SUS; regulação; e enfrentamento e Pós-COVID-19.

→ Perguntas/Problemas sobre atuação na área da Saúde:

- Fortalecimento de ações estratégicas coordenadas e integradas entre os Centro de Apoio Operação do MPBA para orientação e responsabilização dos gestores públicos pelo não cumprimento de ações judiciais;
- Priorização da atuação coletiva para fiscalização das políticas públicas de saúde;
- Rede de atenção psicossociais (Raio X do estado da Bahia);
- Fortalecimento de ações estratégicas para redução dos índices de mortalidade materna e infantil;
- Impressões ou hipóteses:
 - Priorização da atuação coletiva para melhor fiscalização das políticas públicas de saúde;
 - Assistência farmacêutica no SUS: o que (e quem) judicializar; incorporação de novas tecnologias pela CONITEC/SUS; responsabilidades dos entes federados;
 - Fortalecimento de ações estratégicas coordenadas e integradas entre os CAOs do MPBA para orientação e responsabilização dos gestores públicos pelo não cumprimento de ações judiciais;
 - Interfaces entre biodireito/bioética e saúde coletiva (alta a pedido; recusa a tratamentos de saúde e dever do estado em fornecer alternativas terapêuticas);
 - Financiamento e fiscalização de políticas públicas na área de saúde pública e a escassez no aporte de recursos orçamentários;
 - Fortalecimento de ações estratégicas para redução dos índices de mortalidade materna e infantil;
- Sugestão de temas para os Projetos:

- Os desafios na atuação em saúde coletiva no pós-pandemia e a fiscalização das políticas públicas pelo MP (vacinação, alta demanda de consultas, exames e procedimentos não realizados;
- Impactos pós-pandemia na saúde coletiva: (crise financeira do estado/municípios e a atuação do judiciário / MP);
- “Leitura” dos indicadores de saúde: impacto no papel dos órgãos do MP na promoção e prevenção da saúde pública.

2. Infância e adolescência

Este eixo buscará desenvolver e difundir estudos e pesquisas de natureza interdisciplinar sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência, aprofundando aspectos como: diagnóstico socioeconômico do trabalho infantil; execução de medidas socioeducativas; análise socioeconômica sobre gravidez precoce; educação como enfrentamento da vulnerabilidade social (programas de aprendizagem para adolescentes vulneráveis (distorção série/idade); e adoção e novas formas de parentalidade.

→ Perguntas/Problemas sobre Infância e Adolescência:

- A ausência ou ineficácia dos serviços de atendimento ao adolescente autor de ato infracional com aplicação de medida socioeducativa em meio aberto leva o sistema de justiça a aplicar de forma desproporcional e excessiva medidas de internação ou semiliberdade ou mesmo conceder remissões ao adolescente infrator por falta de eficácia das medidas de meio aberto.
- Os orçamentos públicos nas esferas estadual e municipal cumprem a regra da destinação privilegiada de recursos públicos para a proteção à infância e juventude prevista no art.4º, parágrafo único, alínea “d”, do Estatuto da Criança e do Adolescente?
- Não utilização dos dados relativos à produtividade do MP na área da infância e juventude em decorrência da pouca pertinência dos dados alimentados no sistema IDEA com os temas de maior interesse para o fomento das políticas públicas, havendo necessidade de melhor gestão e tratamento dos dados passíveis de serem coletados.
- Impressões ou hipóteses:
 - Há muitos municípios na Bahia que não estão ofertando de forma efetiva o atendimento ao adolescente autor de ato infracional com aplicação de medida socioeducativa em meio aberto (Prestação de Serviço a Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA);
 - A carência de serviços socioassistenciais e o mau funcionamento e/ou aparelhamento dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente decorrem da não observância da destinação privilegiada de recursos públicos para a proteção à infância e juventude nos orçamentos municipais e estadual, em violação ao art.4º, parágrafo único, alínea "d", do Estatuto da Criança e do Adolescente;

- A taxonomia das ações finalísticas e temas das atividades na área da infância e da juventude utilizadas no sistema IDEIA não viabilizam os diagnósticos necessários para o fomento de políticas públicas na defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- Sugestão de temas para os projetos:
 - Estudo socioeconômico relacionado ao tema da gravidez na adolescência;
 - Diagnóstico acerca da responsabilização criminal por estupro de vulnerável;
 - Diagnóstico sobre as modalidades e índices de violência sexual contra criança e adolescente;
 - Implementação do Plano Municipal do Direito à Convivência Familiar e Comunitária nos municípios do Estado da Bahia;
 - Implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto – PMASE nos municípios do Estado da Bahia;
 - Políticas Públicas na área de saúde mental de crianças e adolescentes;
 - Programas de Aprendizagem ofertados para adolescentes em vulnerabilidade social, contemplando distorção série/idade.

3. Cível

Este eixo buscará desenvolver e difundir estudos e pesquisas de natureza interdisciplinar sobre a atuação cível, que estimulem o exercício da cidadania e garantam direitos fundamentais, aprofundando aspectos como: paternidade socioafetiva extrajudicial x risco de fraude à adoção; alienação parental e atuação ministerial proativa; interface das atribuições de violência doméstica e família, especialmente diante das recentes alterações na Lei Maria da Penha; atuação ministerial no velamento das fundações; e mediação/ soluções não litigiosas no âmbito da instituição.

→ Perguntas/Problemas e Sugestões sobre atuação Cível:

- Paternidade socioafetiva extrajudicial x risco de fraude à adoção;
- Alienação parental e atuação ministerial proativa;
- Interface das atribuições violência doméstica e família, especialmente diante das recentes alterações na Lei Maria da Penha;
- Atuação ministerial no velamento das fundações a ser melhor traçado, debatido e desenvolvido;
- Como incrementar mediação/ soluções não litigiosas no âmbito da instituição.

4. Educação

Com perspectiva transversal este eixo buscará desenvolver e difundir estudos e pesquisas de natureza interdisciplinar sobre Políticas Públicas em Educação,

aprofundando aspectos como: plano estadual e municipal de educação e o papel dos órgãos colegiados; o papel do fórum estadual e municipal de educação na garantia da educação inclusiva e de qualidade; a importância da garantia da educação infantil para o desenvolvimento integral da criança; prevenção ao bullying e cyberbullying no âmbito escolar; financiamento da educação; educação inclusiva; inclusão digital; gestão democrática; transporte escolar; educação no sistema prisional; regularização das escolas privadas; educação em tempo de pandemia e pós-pandemia.

→ Sugestão temática sobre Educação:

- A implementação do Novo Ensino Médio e a qualidade dos novos itinerários formativos.
- Problemas na implementação de sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento, objetivando alfabetizar todas as crianças até oito anos de idade.
- Transporte escolar gratuito: falhas na implementação do direito das crianças .

5. Proteção ao Consumidor

Com perspectiva transversal, este eixo buscará desenvolver e difundir estudos e pesquisas de natureza interdisciplinar sobre a proteção ao consumidor, aprofundando aspectos como: serviços de vigilância sanitária municipal e formas de coibir o abate clandestino de animais e a respectiva comercialização da carne; e redes de proteção ao consumidor.

→ Perguntas/Problemas sobre Proteção ao Consumidor

- Falha no combate ao abate clandestino de animais para consumo humano;
- Estrutura deficiente da rede de proteção do consumidor no combate ao abate clandestino de animais para fins de alimentação humana.

6. Otimização

Com perspectiva transversal, este eixo visa a garantir que as atividades desenvolvidas em todos os eixos considerem a otimização com um dos objetivos a serem alcançados, bem como desenvolver e difundir estudos e pesquisas sobre: orçamento x efetividade da atuação ministerial; independência funcional X unidade do Ministério Público; cultura organizacional e o desenvolvimento de pesquisa científica; gestão de promotorias; a atuação ministerial no interior; mecanismos de autocomposição; e acessibilidade.

→ Perguntas/Problemas sobre Otimização

- A taxonomia das ações finalísticas e temas das atividades em diversas áreas utilizadas no sistema IDEA não viabilizam os diagnósticos necessários para o fomento de políticas públicas na defesa dos direitos fundamentais.

As áreas temáticas descritas acima deverão estar associadas a uma das três linhas de pesquisa do programa de pós:

Linhas de Pesquisa

1ª Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento (Voltada para a Elaboração de Políticas Públicas)

Cinge-se a elaboração de políticas públicas que atendam as demandas relacionadas ao desenvolvimento regional e urbano, tanto para fomentar o próprio desenvolvimento em determinados setores considerados prioritários pelo planejamento público, quanto para minimizar disfunções que geram carências ou deficiências no atendimento à população. Objetiva a elaboração de políticas públicas específicas que contemplem o funcionamento, em rede, de órgãos públicos, iniciativa privada, agências governamentais e organizações não governamentais na produção e gestão de programas, projetos e ações que preservem o meio ambiente e a cidadania. Em especial, as que garantam direitos fundamentais em políticas de Saúde, Educação, de Proteção Social, de Segurança Pública, de Acesso à justiça e de Administração do Sistema Criminal.

2ª Linha de Pesquisa: Modelos e Sistemas de Governança no Setor Público e Privado (Voltada para Modelos de Governança)

Congrega estudos de modelos de administração e governança para estruturas públicas da administração direta e indireta (economia mista, fundações e autarquias), privadas e híbridas (público-privada) de execução de políticas públicas específicas. Visa a gestão econômica, política, financeira, contábil, de licitações, de licenciamento ambiental, das relações de trabalho, de processos e de controladoria de programas de ações executadas em parceria, consórcio, convênio ou contrato com organizações não governamentais e empresas privadas, assim como o papel da comunicação com os públicos interno e externo e a compreensão das tendências na gestão pública e privada contemporâneas.

3ªLinha de Pesquisa: Direito, Democracia, Transparência e Avaliação (Voltada para Avaliação de Políticas Públicas)

Reúne os trabalhos aplicáveis na avaliação finalística de projetos, programas, ações e parcerias público-privadas. Objetiva avaliar, comparar, aperfeiçoar políticas públicas existentes sob a ótica da efetividade e atenção aos requisitos da administração pública. Tem seu foco, em particular, nos seguintes temas: a ética, legislação, impessoalidade, publicidade, economicidade e eficiência na condução das parcerias, programas, projetos e ações do poder público; trabalhos que comparem a legislação brasileira e a de outros Estados sobre determinada política pública; a compreensão, aplicação das regras e implicações decorrentes dos contratos que envolvem organizações não governamentais, empresas privadas e órgãos da administração pública; a compreensão do papel do Estado, da iniciativa privada e das organizações não governamentais para a avaliação das políticas públicas, licitações

e judicialização daí decorrentes. É a avaliação dos aspectos econômicos, políticos, de controladoria e de governança das políticas públicas.